

**S.R. DA AGRICULTURA E AMBIENTE**  
**Despacho n.º 1111/2016 de 6 de Junho de 2016**

Considerando que o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril, visa contribuir para assegurar a biodiversidade, através da manutenção – ou do restabelecimento – dos habitats naturais e da flora e da fauna selvagens num estado de conservação favorável;

Considerando que esse objetivo de preservação da biodiversidade deve ser prosseguido tendo em conta as exigências ecológicas, económicas, sociais, culturais e científicas, bem como as particularidades locais e regionais;

Considerando que, em determinadas circunstâncias, algumas espécies protegidas podem revelar características prejudiciais aos objetivos gerais de proteção e conservação, serem causadoras de graves prejuízos às atividades económicas, aos recursos hídricos, florestais e faunísticos e à propriedade pública e privada, ou afetarem outros interesses públicos prioritários;

Considerando que a própria lei estabelece mecanismos de controlo dessas situações e que existem indícios suficientes de que a diminuição dos efetivos das populações de determinadas espécies de flora protegida, em áreas cuja sua densidade populacional seja localmente excessiva, constitui a única forma de evitar prejuízos graves às culturas, à criação de gado e à propriedade privada;

Considerando, ainda, que as espécies *Picconia azorica* (Pau branco) e *Erica azorica* (Urze) se encontram em estado favorável de conservação nas suas áreas de distribuição natural na ilha de Santa Maria, e que, como tal, determinadas ações de correção da densidade não prejudicam a manutenção das respetivas populações;

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 90.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e no n.º 2 do artigo 65.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril, o Secretário Regional da Agricultura e Ambiente determina o seguinte:

1. Autorizar a requerente Odete Braga Chaves a realizar uma operação de correção populacional das espécies *Picconia azorica* (Pau branco) e *Erica azorica* (Urze), com recurso a arranque ou corte, na sua propriedade sita no lugar do Panasco sita à freguesia de Santo Espírito e concelho de Vila do Porto, com uma área total de 0,2876 hectares, delimitada no mapa anexo ao presente despacho, com o artigo matricial n.º 4.948.º.

2. As referidas ações de correção populacional visam evitar prejuízos graves às culturas, à criação de gado e à propriedade da requerente, e devem ser executadas de forma a não atingirem exemplares de outras espécies protegidas, e não abrangem as margens de proteção da linha de água, conforme delimitado no mapa em anexo ao presente despacho.

3. O presente despacho não inibe do cumprimento de qualquer outra legislação aplicável à ação em curso, designadamente a necessidade da autorização da Direção Regional dos Recursos Florestais, nos termos do disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 6/98/A, de 13 de abril.

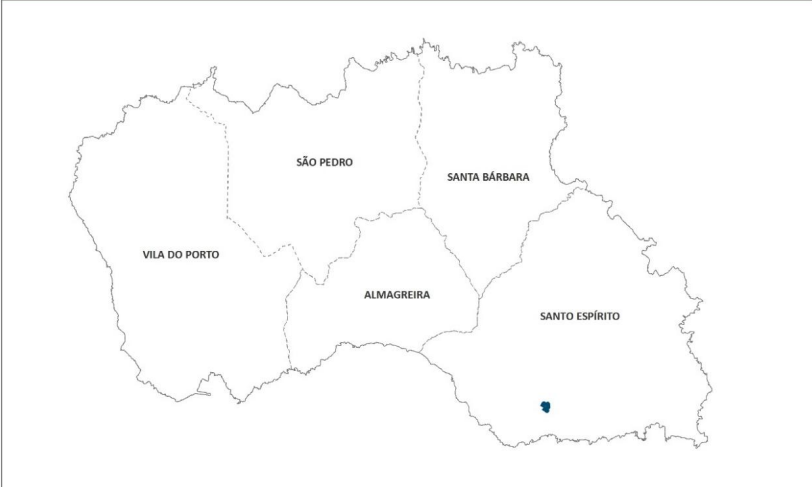
4. A correção da densidade populacional objeto do presente despacho deve ser concretizada no prazo máximo de um ano, sendo, obrigatoriamente, acompanhada pelo Serviço de Ambiente

de Santa Maria, que elaborará um relatório da operação, nos termos e para os efeitos previstos nos n.ºs 4 e 5 do artigo 65.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril.

02 de junho de 2016. - O Secretário Regional da Agricultura e Ambiente, *Luís Nuno da Ponte Neto de Viveiros*.

**ANEXO**

**SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E AMBIENTE**



Localização do terreno sujeito a ações de correção populacional

**PLANTA DE CONSULTA**

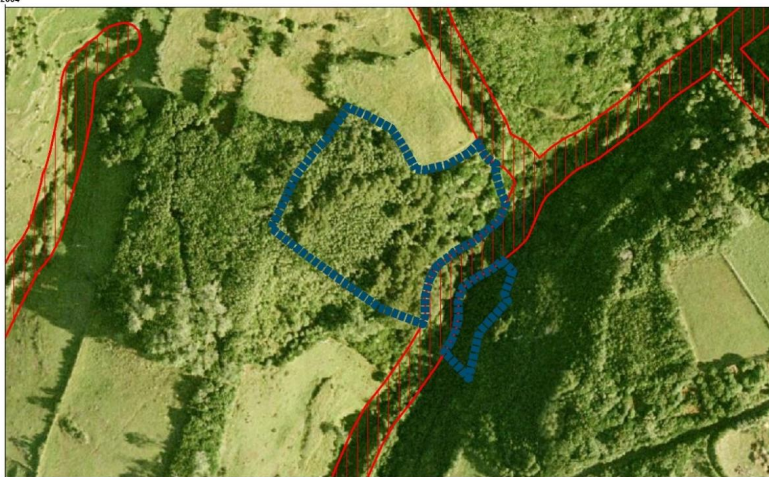
Sistema de referência Sao Braz Fuso 26

Escala 1:100 000



Base Cartográfica do IGeoE (2000)

672654



672654

6008491

Pormenor do terreno sujeito a ações de correção populacional

**PLANTA DE CONSULTA**

Sistema de referência Sao Braz Fuso 26

Escala 1:2 500



Base Cartográfica do IGeoE (2000)